



**9º Encontro Internacional de Política Social**  
**16º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises  
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

---

Eixo: Classe social, gênero, raça, etnia e diversidade sexual.

**Formação sócio-histórica brasileira e o nó patriarcado-racismo-capitalismo**

**Alice Birman Cavalcanti<sup>1</sup>**

**Resumo:** O presente trabalho pretende realizar uma análise da relação que se estabelece entre a formação sócio-histórica brasileira e o nó patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 1987). Para tanto, parte-se de um referencial teórico-metodológico pautado no materialismo histórico-dialético, dedicando especial atenção às contribuições do sociólogo Florestan Fernandes e da socióloga Heleieth Saffioti. Através de revisão bibliográfica, ressaltamos a importância de compreendermos as raízes da formação social do Brasil de forma articulada com o contexto da América Latina e global. Por fim, ressaltamos os avanços que os autores trouxeram para a construção do pensamento social e para a análise da realidade social brasileira.

**Palavras-chave:** Formação sócio-histórica brasileira. Patriarcado. Racismo. Capitalismo.

**Brazilian socio-historical formation and the patriarchy-racism-capitalism knot**

**Abstract:** The present work aims to carry out an analysis of the relationship established between the Brazilian socio-historical formation and the patriarchy-racism-capitalism knot (SAFFIOTI, 1987). To do so, it starts with a theoretical-methodological framework based on dialectical and historical materialism, dedicating special attention to the contributions of sociologist Florestan Fernandes and sociologist Heleieth Saffioti. Through a bibliographic review, we emphasize the importance of understanding the roots of Brazil's social formation in an articulated way within the Latin American and global contexts. Finally, we emphasize the advances that the authors brought to the construction of social thought and to the analysis of Brazil's social reality.

**Keywords:** Brazilian socio-historical formation. Patriarchy. Racism. Capitalism.

**1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem como objetivo central analisar a relação entre a formação sócio-histórica brasileira e o conceito do nó patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 1987), que estrutura as relações sociais no Brasil hoje.

Em vista disso, em um primeiro momento apresentamos um breve resgate histórico sobre os primórdios da formação social brasileira para que possamos com isso identificar a origem da hegemonia patriarcal, racista e capitalista em vigor na atualidade. Torna-se imprescindível, para tanto, situar o Brasil no contexto histórico global que

---

<sup>1</sup> Mestranda em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (PPGSSDR-UFF). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) Código de Financiamento 001. E-mail: alicebirman.seso@gmail.com.

suscitou sua formação, posto que só assim é possível depreender as raízes do processo histórico que redundou na construção do Brasil tal qual o conhecemos hoje.

Na segunda seção apresentamos o conceito do nó, ou novelo, patriarcado-racismo-capitalismo, cunhado pela socióloga Heleieth Saffioti (1987). A autora, orientada por uma perspectiva crítica e vinculada ao materialismo histórico-dialético, foi uma das pioneiras no Brasil a analisar a nossa formação social articulando-a com os debates sobre gênero, raça e classe.

Interessa ressaltar com esse trabalho, através da revisão bibliográfica de autores críticos que pesquisam sobre os temas em voga, os vínculos entre a formação social brasileira, o patriarcado, o racismo e o capitalismo, e, para além disso, ressaltar a necessidade de admitirmos o caráter estrutural do nó patriarcado-racismo-capitalismo, em se tratando de Brasil.

## **2. AMÉRICA LATINA E BRASIL: DIÁLOGOS NECESSÁRIOS**

Antes de analisarmos o conceito do nó patriarcado-racismo-capitalismo formulado por Saffioti (1987), é necessário resgatarmos alguns aspectos da formação sócio-histórica brasileira, para que possamos compreender com mais profundidade as origens do referido nó.

Assim como a realidade da maioria dos países da América Latina, a invasão dos Estados nacionais europeus, principalmente dos portugueses no caso específico do Brasil, transforma radicalmente o futuro deste território que até então fora ocupado por diferentes tribos indígenas, dando início ao processo que ficou conhecido como colonização.

O sociólogo, antropólogo e professor universitário Florestan Fernandes (1981), oferece uma rica contribuição para os estudos acerca da formação social brasileira, ao analisar a relação da América Latina com os países centrais. Em suas análises apresenta uma sistematização que distingue quatro momentos de dominação, quatro diferentes fases que se sucederam desde o período colonial até os dias de hoje.

A primeira delas imperou em quase todas as nações latino-americanas por um período de pelo menos três séculos, e teve sua construção alicerçada nas requisições econômicas, culturais e políticas do *antigo sistema colonial*, “sob tais condições societárias, o tipo legal e político de dominação colonial adquiriu o caráter de exploração

ilimitada, em todos os níveis da existência humana e da produção, para o benefício das Coroas e dos colonizadores” (FERNANDES, 1981, p.13).

Na fase pré-colonial vivida pela América-Latina o pilar da produção residia no trabalho coletivo,

Foi somente no fim do século XV que se iniciou um enorme processo de colonização que marcou a história do trabalho de nosso continente. Impulsionada pela expansão comercial que caracterizava a acumulação primitiva em curso na Europa, a América Latina passou a ser cobiçada pela nascente burguesia mercantil e pelos Estados nacionais recém-constituídos no velho continente. Foi assim que se iniciou o processo de colonização europeia na América Latina (ANTUNES, 2011, p.17).

Cabe fazer um pequeno parênteses para abordar a questão da acumulação primitiva<sup>2</sup>. De modo muito sucinto ela diz respeito a um processo histórico que teve origem na Europa, e que consiste na dissociação entre o trabalhador e os seus meios de produção. Para além desse processo basilar de separação entre trabalhador direto e meios de produção, a acumulação primitiva é marcada profundamente por outros fatores determinantes:

As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa *são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva* (MARX, 1994, p.868, grifos nossos).

É precisamente por compreender o papel que a “descoberta das Américas” e sua consequente colonização teve no cenário global que Caio Prado afirma que,

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, *a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial*, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, *destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu* (1953, p.22-23, grifos nossos).

Cabe frisar que existiu nesse período histórico dois tipos radicalmente diferentes de colônias: as colônias de povoamento e as colônias de exploração, sendo o Brasil um caso típico de colônia de exploração. Portugal implantou aqui o sistema de produção agrícola que posteriormente foi denominado como *plantation*. uma prática que

---

<sup>2</sup> Para maior aprofundamento ler MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I, Tomo 2. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1994. – Capítulo XXIV.

fez parte do mercantilismo europeu e foi uma das marcas centrais das colônias de exploração. Esse sistema agrícola implementado pelas nações europeias colonizadoras tinha como base algumas características centrais: o latifúndio, a monocultura, o trabalho escravo, e o fato de que a economia estava voltada para atender o mercado exterior.

A manutenção do sistema colonial se fazia às custas de uma articulação entre os interesses dominantes nas metrópoles e o sistema de classes que existia nas respectivas colônias. Foram muitos os fatores que abalaram esse tipo de dominação, mas dois deles merecem ser destacados como centrais para que fosse instaurada a crise do antigo sistema colonial: os movimentos de emancipação que começavam a borbulhar nas colônias e a disputa intrametropolitana.

Os movimentos de emancipação que se gestaram nesse período histórico se dirigiam contra as Coroas “porque somente através da *independência* os agentes privilegiados da economia colonial poderiam atingir os requisitos legais e políticos de sua autonomia econômica (mantidas as demais condições do sistema de produção colonial)” (FERNANDES, 1981, p.14).

A desagregação do antigo sistema colonial e a emergência do capitalismo industrial na Europa, marcam o início do segundo tipo de dominação externa: o *neocolonialismo*, período no qual a dominação externa tornou-se pela primeira vez indireta. Conforme aponta Fernandes (1981), a monopolização dos mercados latino-americanos nesse período acabou sendo um produto do acaso, posto que as ex-colônias não continham ainda recursos suficientes para produzir os bens importados, e que, além disso, era do interesse dos setores sociais dominantes internos a continuação da exportação.

O que ocorreu na maior parte das nações latino-americanas, assim como foi o caso do Brasil, é que a independência política atingida com o fim do período colonial, fruto em grande parte da disputa entre as nações metropolitanas, e, mais precisamente, resultado da ação direta da Inglaterra, não chegou a se converter em uma independência econômica, uma vez que essas economias passaram a operar de acordo com o mercado mundial controlado principalmente pelos ingleses (IANNI, 1988).

Durante este curto período, em que os países dominantes possuíam apenas o controle de mercado dos processos econômicos, seria possível falar-se, *stricto sensu*, de neocolonialismo. (...) De fato, os “produtores” de bens primários podiam absorver pelo menos parte do *quantum* que antes lhe era tirado através do antigo padrão de exploração colonial, e suas “economias coloniais” recebiam o primeiro impulso para a internalização de um mercado capitalista moderno. Entretanto, a dominação externa era uma realidade concreta e permanente, a despeito do seu caráter como processo puramente econômico (FERNANDES, 1981, p.15).

Ou seja, por mais que o Brasil tenha atingido a independência política, pouco mudou em um primeiro momento em relação às bases sobre as quais a economia estava organizada, fazendo com que o surgimento do Brasil enquanto nação, e não mais como colônia vinculada a coroa portuguesa, preservasse inúmeras características do antigo regime colonial, e não configurasse um rompimento total com o período precedente.

O neocolonialismo entra em xeque enquanto um padrão de dominação externa devido à revolução industrial que se desenrolou na Europa e a consequente reorganização da economia mundial, que teve lugar a partir da quarta ou quinta década do século XIX e se tornou uma realidade concreta a partir de 1860, suscitando o surgimento do terceiro tipo de dominação externa. Nesse período,

As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial (...) Assim *a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina* (FERNANDES, 1981, p.16, grifos nossos).

As consequências negativas que esse primeiro formato de imperialismo impôs aos países dependentes foram rapidamente sentidas, aparecendo em dois níveis distintos: “no condicionamento e reforço externos das estruturas econômicas arcaicas, necessárias à preservação do esquema da exportação-importação” e também “no malogro do “modelo” de desenvolvimento absorvido pela burguesia emergente das nações europeias hegemônicas” (FERNANDES, 1981, p.17).

O quarto e último padrão de dominação externa surge junto com o processo de expansão das grandes empresas corporativas que passam a atuar em diferentes esferas (industriais, comerciais, de serviços e financeiras) nos países latino-americanos. Essas empresas representam o capitalismo corporativo ou monopolista, e vão demarcar o surgimento do *imperialismo total*. Por mais que esse não seja um fenômeno única e

exclusivamente norte-americano, é hegemônico pelos Estados Unidos, e conta também com a participação de países europeus e do Japão.

Ainda segundo o sociólogo a transição do “imperialismo restrito” para o “imperialismo total” começou de modo sutil, com a inserção de empresas corporativas dos referidos países dominantes nos países latino-americanos. Essa inserção, que ao menos a princípio aparentava atender as necessidades de um crescimento nacional auto-sustentado, acabou trazendo resultados desastrosos para o desenvolvimento de uma economia de bases autônomas. Nesse contexto, as empresas nacionais, moldadas como haviam sido para um reduzido mercado competitivo, acabaram sendo absorvidas ou destruídas pelas grandes empresas corporativas (FERNANDES, 1981).

Para a adequada compreensão da quarta fase de dominação externa, Florestan considera que três pontos são de extrema relevância. O primeiro deles é o fato de que o controle externo na fase do imperialismo total seria *simétrico* ao do antigo sistema colonial. O segundo ponto fundamental reside no fato de que esse tipo de imperialismo evidencia que independente do quão avançado esteja determinado país latino-americano, ainda assim faltarão para estes as possibilidades concretas, ou os “requisitos básicos”, para que atinjam, a partir de bases autônomas, um rápido crescimento, seja a nível econômico, cultural ou social. O terceiro e último ponto é que “ela [a quarta fase de dominação externa] prova que uma economia satélite ou dependente não possui as condições estruturais e dinâmicas para sobrepujar nacionalmente, pelos esforços de sua burguesia (...), o subdesenvolvimento e suas conseqüências” (FERNANDES, 1981, p.18/19).

Importante frisar que o modelo de capitalismo que se gestou na América Latina segue as leis gerais da acumulação capitalista, reproduzindo as formas de apropriação e expropriação que são típicas do capitalismo moderno, porém com uma singularidade específica: a acumulação capitalista nos países dependentes se institucionalizou de modo a promover simultaneamente a expansão das hegemonias externas e internas, por esse motivo “a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus próprios agentes econômicos privilegiados” (FERNANDES, 1981, p.45).

Ainda de acordo com Florestan, no momento em que a revolução burguesa adquire um caráter estrutural irreversível na América Latina, ela instaura um “mundo capitalista inconfundível”, que conjuga em si duas faces fundamentais para a manutenção e preservação do próprio sistema: de um lado estariam “os dinamismos econômicos que procedem de fora, da permanente incorporação ao espaço econômico, sociocultural, e político de Nações capitalistas hegemônicas da Europa (e, mais tarde dos Estados Unidos)” e, do outro lado estariam “os dinamismos econômicos que nascem a partir de dentro, dos elementos autopropelidos das economias latino-americanas mais avançadas” (FERNANDES, 1981, p.52/53).

Interessa ressaltar justamente essa característica que Fernandes traz à tona com sua análise e que representa uma particularidade do capitalismo dependente latino-americano e, também, brasileiro, qual seja:

Se se pode falar em “decolagem” e em “maturidade”, com relação a semelhante variedade de capitalismo, elas nunca podem resultar de um dos componentes dinâmicos, considerados unilateralmente. Ambas são, a decolagem e a maturidade, de *um capitalismo que nasce e evolui em função da articulação (ao mesmo tempo estrutural e histórica) dos dois tipos de dinamismos, um que se impõe de fora para dentro, outro que se projeta de dentro para fora* (FERNANDES, 1981, p.53, grifos nossos).

Ainda segundo o sociólogo,

O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele *organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social*, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. (FERNANDES, 1981, p.18, grifos nossos).

Ao defender que a especificidade do imperialismo total se expressa na forma através da qual ele “organiza a dominação externa a partir de dentro” de forma a atingir as diferentes esferas que compõem a totalidade social, Fernandes (1981) põe em evidência que o aspecto econômico é apenas uma das faces desse processo. O autor salienta que por mais que a maioria dos cientistas sociais esteja preocupada com a questão da dominação econômica externa, não se deve ignorar, ou perder de vista, o fato que,

Diversas instituições estão executando diferentes funções ligadas à incorporação dos países latino-americanos ao espaço econômico e sociocultural dos Estados Unidos. *A empresa corporativa é a mais visível dessas instituições; mas as menos visíveis são talvez ainda mais prejudiciais.* Elas abrangem instituições oficiais, semi-oficiais ou privadas, encarregadas de conduzir a política de controle global das finanças, da educação, da pesquisa científica, da inovação tecnológica, dos meios de comunicação em massa, do emprego extranacional das políticas, das forças armadas e mesmo dos governos (FERNANDES, 1981, p.24, grifos nossos).

Essa compreensão de que o imperialismo não se limita à esfera econômica, e incide em todas as esferas da vida social, aparece também nas reflexões de Octavio Ianni (1988). O autor elabora o conceito de *dependência estrutural* para tratar da essência das sociedades latino-americanas. Levando em consideração que toda definição carrega limitações, Ianni sintetiza a noção básica acerca da dependência estrutural da seguinte maneira:

Existe dependência estrutural sempre que as estruturas econômicas e políticas de um país estão determinadas pelas relações de tipo imperialista. Isto significa que instituições econômicas, políticas, militares, educacionais, religiosas e outras (em graus variáveis) podem ser influenciadas ou mesmo determinadas pelas relações de dependência. (...) *a dependência estrutural corresponde à manifestação concreta, no interior da sociedade subordinada, das relações políticas e econômicas de tipo imperialista* (IANNI, 1988, p.172, grifos nossos).

Segundo Ianni (1988), é possível afirmar que as sociedades latino-americanas são, antes de tudo, sociedades capitalistas, porém, este seria apenas o seu caráter geral. A segunda característica fundamental destas sociedades é que,

*Elas estão organizadas com base no capitalismo dependente; constituíram-se em estado de dependência.* Isto é, as suas relações com as nações dominantes (e particularmente com os Estados Unidos, no presente) são relações organizadas em conformidade com as determinações estabelecidas a partir dos processos econômicos e políticos que operam no centro do sistema capitalista mundial (IANNI, 1988, p.153, grifos nossos).

Essa concepção a respeito da dependência estrutural se coloca como um aspecto fulcral para a compreensão das relações de dominação-subordinação que envolvem as relações imperialistas. Para ele “a noção de dependência não substitui a de imperialismo; ao contrário, uma se desdobra na outra, integrando-se ambas tanto empírica como teoricamente” (IANNI, 1988, p.116). Segundo o autor,

Sob várias perspectivas, o conceito de dependência estrutural corresponde, complementar e antiteticamente, ao conceito de imperialismo. *Um é desenvolvimento do outro, ao mesmo tempo que um e outro se constituem reciprocamente*, como expressões necessárias da reprodução ampliada do capital, em escala mundial (1988, p.175, grifos nossos).

Como pode-se inferir pelo exposto até o presente momento, a história do Brasil só pode ser compreendida quando inserida em um contexto macro, no contexto global.

Como salienta Ruy Mauro Marini (2012, p.47) “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Seu estudo é indispensável para quem deseje compreender a situação que este sistema enfrenta atualmente e as perspectivas que a ele se abrem”. Por esse motivo nos dedicamos, mesmo que de forma muito breve e sintética, à exposição sobre as origens da formação social brasileira e o percurso histórico que fez com que o Brasil se transformasse em um país capitalista dependente e periférico.

### **3. O NÓ PATRIARCADO-RACISMO-CAPITALISMO NO BRASIL, ONTEM E HOJE**

O nó patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 1987) foi um conceito cunhado para deslindar a intrínseca relação de imbricação que se estabelece no Brasil entre os fenômenos sócio-históricos que o denominam, quais sejam: o patriarcado, o racismo e o capitalismo. Cada um desses três fenômenos se configura como um sistema de exploração e dominação específico, forjado historicamente, que carrega distintas características, mas que, em dado momento do processo social, se enovelam.

Como visto anteriormente, a inserção do Brasil na economia mundial, enquanto colônia de Portugal, contou com o modo de produção escravista para ampliar e intensificar a acumulação do lucro nos países centrais. Como aponta Clóvis Moura (1983), em nenhum país da América do Sul a escravização teve tanta importância numericamente falando, nem perdurou por um período tão dilatado quanto no Brasil, que, ademais, foi o último país da América Latina a aboli-la. Por esses motivos, é impossível tratar da formação sócio-histórica brasileira sem abordar esse processo. Conforme salienta Moura,

Nos outros países onde essa escravidão foi relevante – por exemplo a Colômbia e o Peru – houve, sempre, uma determinada área na qual os negros escravos eram concentrados, e, por outro lado, não chegaram, nunca, a se igualar aos brancos numericamente. A mesma coisa aconteceu nos Estados Unidos. O sistema escravista não dominou tão ampla e profundamente as relações sociais naqueles países como no Brasil *que teve organizada, estruturada, queiram ou não, uma sociedade escravista de âmbito nacional funcionando durante quase quatrocentos anos, sem modificações ponderáveis na sua estrutura e no seu ritmo de dinamismo* (1983, p.15 grifos nossos).

Durante o período colonial e escravista o racismo era um fenômeno explícito, visto que a escravidão se organizava de forma escancaradamente racializada. Os povos indígenas que aqui residiam e os povos africanos retirados através dos meios mais brutais de seu território original em África sofreram todos os tipos de injustiças, tendo sua dignidade humana reiteradamente negada, humilhada e violentada. A raça era precisamente o fator que determinava o papel social que ocupavam os sujeitos no modo de produção escravista.

Antes de dar prosseguimento a análise cabe situar o que estamos denominando de racismo<sup>3</sup>. Como nos explica Silvio Almeida (2018, p.25), o racismo pode ser descrito como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes e que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam”.

Com a abolição da escravidão, e a transição para o sistema capitalista, o racismo adquire uma função econômica primordial: ele passa a operar enquanto um mecanismo regulador dos salários. O capital, nesse momento, aciona a divisão racial do trabalho para assim determinar diferentes padrões salariais e organizar/segregar a força de trabalho no mercado de trabalho.

Importa ressaltar que o racismo se mantém como um elemento substancial para compreensão da sociedade brasileira mesmo com o fim da escravidão porque passa a encarnar novas funções e significados na estrutura social e econômica que estava em formação, e não simplesmente por ser uma herança do passado colonial e escravista brasileiro (ALMEIDA, 2018).

---

<sup>3</sup> Os limites do trabalho não nos permitem aprofundar o debate sobre racismo tanto quanto gostaríamos, portanto, indicamos a leitura do livro “Racismo estrutural” (ALMEIDA, 2018).

Assim como o racismo, o patriarcado<sup>4</sup> é um fenômeno sócio-histórico que data de um período anterior ao modo de produção capitalista. Gestadas ao longo de 2.500 anos (de 3.100 a 600 A.C), as relações patriarcais de gênero consolidaram o primeiro sistema de dominação e exploração na história da humanidade (LERNER, 2019). A historiadora Gerda Lerner apresenta em sua pesquisa que a origem da sociedade de classes está intrinsecamente relacionada com a dominação dos homens sobre as mulheres, isso porque, foi a dominação dos homens sobre as mulheres que viabilizou a dominação de alguns homens sobre todas as mulheres e outros homens. Segundo a autora, “as diferenças de classes foram, em seu início, expressas e constituídas em termos de relações patriarcais. *A classe não é um constructo separado do gênero. Em vez disso, a classe é expressa em termos relacionados ao gênero*” (2019, p.262, grifos nossos).

O patriarcado é um elemento histórico que está presente na nossa formação social desde o período em que Portugal invadiu e colonizou nossas terras. Saffioti defende que esta é uma categoria fundamental para a análise da realidade social brasileira, e explicita o porquê dessa defesa de forma sintética, através de seis elementos centrais:

1) não se trata de uma relação privada, mas civil; 2) dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição (...) 3) configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4) tem uma base material; 5) corporifica-se; 6) representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2015, p.60).

Essa categoria trata das relações sociais onde há dominação dos homens sobre a totalidade da vida das mulheres, o que se manifesta no âmbito da produção, da reprodução, da sexualidade e da socialização dos imaturos.

Tendo em vista os motivos elencados acima, é possível compreender por que Saffioti adere a utilização do conceito de gênero sem abrir mão, jamais, de utilizá-lo junto com o patriarcado. A autora passa a fazer uso dos termos de forma conjunta, entendendo que o gênero, por si só, não implica em uma relação desigual, não expõe o vetor de dominação e exploração, como é o caso do patriarcado, que consegue denominar esse vetor presente na relação entre homens e mulheres.

---

<sup>4</sup> Devido aos limites do presente trabalho não será possível aprofundar o debate sobre patriarcado, para as e os interessados recomendamos a leitura do livro “A criação do patriarcado” (LERNER, 2019).

É importante ressaltar que as mulheres não experienciam essa relação de exploração e dominação em suas vidas de forma homogênea, existe aí um recorte racial que precisa ser feito, pois esse fator vai exercer um impacto concreto, objetiva e subjetivamente falando, na vida das mulheres. Orientada pelo professor Florestan Fernandes, Saffioti defende em 1967 sua tese de livre-docência “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade” (SAFFIOTI, 2013), na qual já é possível identificar a sua preocupação em investigar a forma através da qual os determinantes raciais e sexuais se imbricam, impactando diferentemente na vida de mulheres brancas e negras.

Atenta a essa questão da imbricação entre o patriarcado e o racismo, a socióloga aponta para os diferentes papéis destinados à mulheres brancas e negras no Brasil colonial. A mulher branca da classe dominante era a típica *sinhá*, era a esposa e mãe dos filhos legítimos de seus respectivos esposos. A mulher negra, por sua vez, ocupava um lugar completamente diferente. À ela eram atribuídos dois papéis centrais: no sistema produtivo, e nos “serviços sexuais” que eram obrigadas a prestar. As mulheres negras foram escravizadas assim como os homens negros, mas, além disso, por fazerem parte da categoria *mulher* em um sistema *patriarcal e racista*, foram submetidas de forma violenta e reiterada aos estupros cometidos pelos “senhores” (SAFFIOTI, 2013).

Se podemos afirmar que desde o final da década de 1960 Saffioti despendia esforços para articular as diferentes opressões que conformam a sociabilidade brasileira, é em 1987 que a autora utiliza o conceito do nó patriarcado-racismo-capitalismo pela primeira vez, no livro “O poder do macho”. Esse conceito surge então como uma ferramenta para denominar o processo específico, vivenciado no Brasil, de imbricação entre essas três contradições que são estruturais na nossa formação social.

Por mais que o surgimento de cada um dos fenômenos que compõem o nó date de um período histórico distinto, o que o conceito coloca em evidência é a impossibilidade de isolarmos a responsabilidade de cada um dos sistemas de dominação e exploração no momento em que eles se fundem no nó. O grau de articulação entre os elementos envolvidos no conceito cunhado pela autora a leva a defender que, “na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo” (SAFFIOTI, 1987, p.60).

Outro elemento que se torna de fundamental importância para a adequada compreensão do conceito do nó, é que se atribua ao patriarcado, ao racismo, e ao capitalismo, o mesmo estatuto teórico (SAFFIOTI, 1985). De acordo com Saffioti, a subordinação entre esses antagonismos implicaria na conseqüente limitação da apreensão “da riqueza de determinações que definem um concreto histórico, provocando o fracasso das estratégias cujo alvo seja a superação destas contradições” (1985, p.99).

Com amadurecimento de sua pesquisa a socióloga dá um salto teórico e passa a identificar o nó como um “nó frouxo”, segundo ela,

Não se trata da figura do nó górdio nem apertado, *mas do nó frouxo, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes* (SAFFIOTI, 1998). Não que cada uma destas contradições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória (SAFFIOTI, 1988). *De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos*. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa as organizações dessas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade - *novelo patriarcado-racismo-capitalismo* (SAFFIOTI, 1987) historicamente constituída (SAFFIOTI, 2015, p.125, grifos no original).

Antes de passar para as considerações finais, há ainda um último destaque a ser feito. É extremamente relevante pontuar que Saffioti traz à tona com o conceito do nó um avanço que não deve, de forma alguma, passar despercebido. Esse avanço diz respeito à superação da concepção dualista impregnada na grande maioria das análises produzidas sobre o patriarcado, o racismo ou sobre o capitalismo. Dualidade esta que consiste em interpretar o patriarcado e o racismo como um sistema de dominação exclusivamente político e cultural por um lado, e o capitalismo como um sistema de dominação puramente econômica, por outro.

Saffioti recusa veementemente essa concepção dualista, e em suas formulações teóricas a autora faz questão de demarcar que o patriarcado e o racismo não se limitam à dimensão ideológica, assim como o capitalismo não se limita à esfera econômica. Conforme a autora salienta,

O sistema de classes sociais não pode ser pensado simplesmente no plano econômico, pois se trata de uma realidade multifacética, onde também têm lugar os outros tipos de dominação: social, cultural e política, além da econômica. De outra parte, o patriarcado não se resume em um sistema de dominação política, porquanto no seu seio também fluem os outros tipos de dominação, inclusive a econômica (SAFFIOTI, 1985, p.100).

A imbricação está, por tanto, não somente nos três fenômenos sociais constitutivos do nó, mas também na leitura da realidade social, enquanto uma totalidade complexa. Assim como patriarcado, racismo e capitalismo se imbricam e se fundem, as diferentes esferas que compõem a totalidade social (política, econômica, cultural) também se encontram dialeticamente articuladas, sendo impossível apartá-las, se não para fins analíticos.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Examinamos a formação social brasileira a partir de sua inserção no mercado global, enquanto um país latino-americano, periférico e dependente. Como Florestan (1981) salienta, a forma através da qual constituiu-se o capitalismo brasileiro faz com que estejamos sujeitos a uma depleção permanente, e que a apropriação de riqueza produzida pela classe trabalhadora alimente não só a hegemonia interna como externa. Esse fator nos auxilia a compreender os motivos da superexploração do trabalho no Brasil, visto que a mais-valia conquistada a custas do trabalhador precisa não só sustentar um sistema hegemônico nacional, como alimentar a hegemonia internacional.

Analisamos também que a partir do momento em que o Brasil passa do modo de produção escravista, que perdurou durante todo o período colonial, e começa a se organizar a partir do modo de produção capitalista, ele articula dois outros fenômenos de dominação e exploração já pré-existentes: o patriarcado, e o racismo. Tanto um quanto outro datam historicamente de períodos anteriores ao capitalismo, mas nessa transição entre modos de produção, se moldam, se reconfiguram, de forma a garantir a intensificação do processo de dominação e exploração ao qual os sujeitos se encontram submetidos na era do capital.

Assim, conseguimos vislumbrar a origem, o que forneceu as bases, para que hoje exista no Brasil o nó patriarcado-racismo-capitalismo. Esse é um componente estrutural da formação social brasileira, que explicita justamente a particularidade, a singularidade, desse país capitalista, periférico e dependente; e que faz com que a

superexploração impacte ainda mais radicalmente as populações negra e feminina, que ocupam os cargos mais precarizados de trabalho, e compõem de forma majoritária o exército industrial de reserva.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **O continente do Labor.** São Paulo: Boitempo, 2011.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed.Zahar editores, 1981.

IANNI, O. **Imperialismo na América Latina.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado:** história da opressão das mulheres pelos homens; tradução Luiza Sellera. –São Paulo: Cultrix, 2019.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução.** Florianópolis: Insular, [1969] 2012.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I, Tomo 2. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1994.

MOURA, Clovis. **Brasil:** raízes do protesto negro. São Paulo: Global, 1983.

PRADO JR, C. **História econômica do Brasil.** 3. ed. S. Paulo: Editora Brasiliense, 1953.

SAFFIOTI, Heleieth. Força de Trabalho Feminina: no interior das cifras. **Perspectivas,** São Paulo, 1985, n. 8, p. 95-141.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013[1969].

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.